

O NACIONALISMO FRANCÊS

Philippe Ploncard d'Assac (1936–)

Fonte: <https://nationalisme-francais.com/introduction.html>

Tradutor do texto: Elvira Mattoso.

Descrição: O autor analisa o nacionalismo francês como reação histórica à Revolução de 1789 e ao seu internacionalismo, interpretado como uma ameaça interna à unidade nacional. Apresenta o nacionalismo como defesa da nação-herança, da hierarquia estatal e do catolicismo como religião de Estado, em oposição ao “sofisma democrático” e ao capitalismo cosmopolita. Propõe substituir o sistema partidário por uma democracia orgânica, estruturada em corporações e corpos intermediários. Critica a direita nacional por falta de rigor doutrinário e submissão ao jogo eleitoral. Por fim, denuncia a “fraude democrática” da integração europeia e do G20, vistos como instrumentos de um projeto globalista contrário aos interesses nacionais.

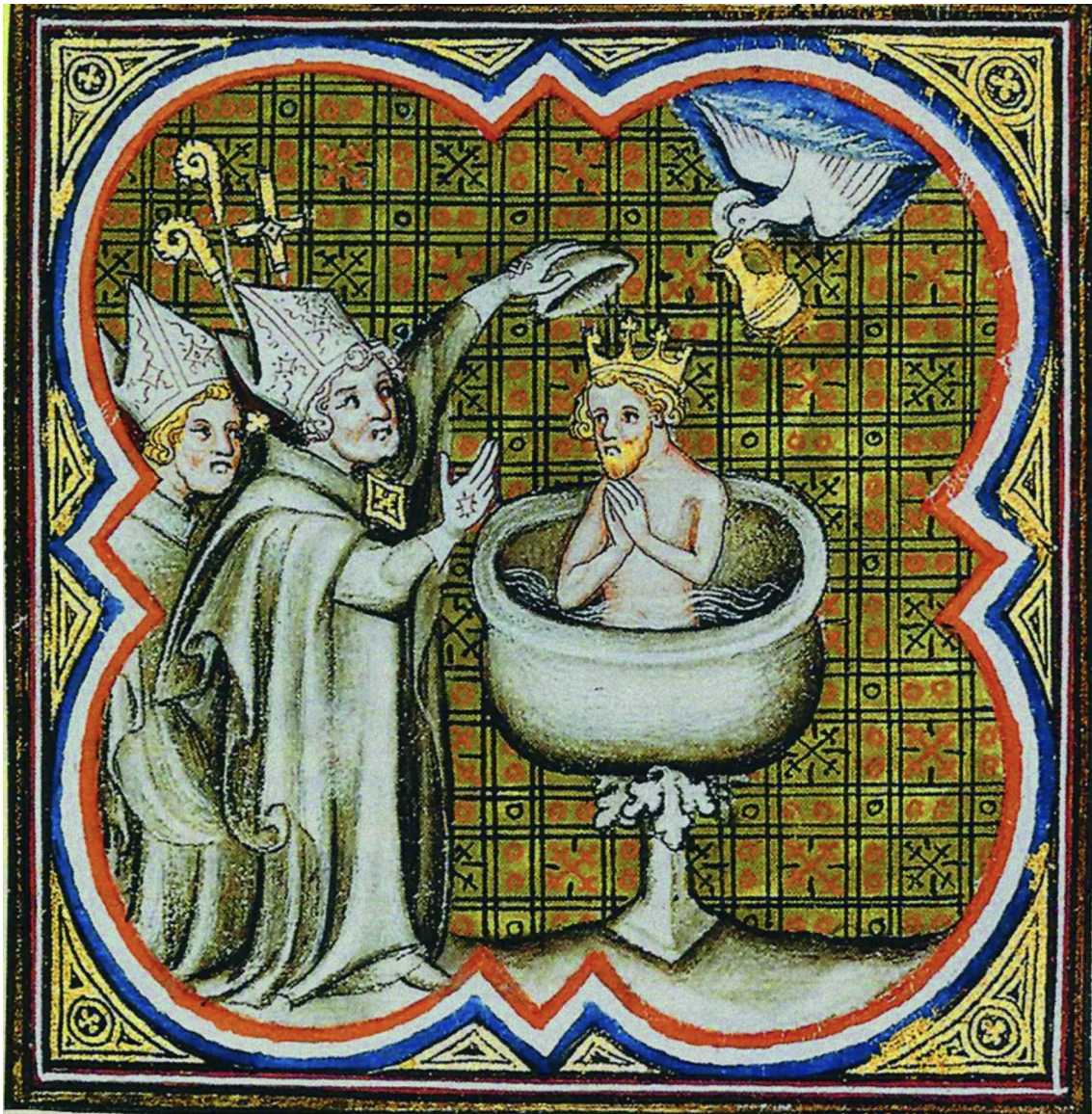
I. INTRODUÇÃO

O termo nacionalismo é frequentemente mal interpretado, seja por desconhecimento do que ele realmente representa, seja por vontade de demonizá-lo, amalgamando-o a outros conceitos que nada têm a ver com ele.

Ele também é muitas vezes confundido com o patriotismo ou atribuído a reivindicações separatistas.

Se quisermos nos compreender, saber de que estamos falando, sem que cada um atribua um sentido diferente, correndo o risco de cair em um “babelismo”, é preciso remontar às origens históricas do nacionalismo na França, no final do século XVIII.

Somente a autoridade de sua origem histórica pode decidir entre as diferentes interpretações.



Iluminura representando o batismo do Rei Clóvis. Grandes Chroniques de France de Charles V. Paris, XIVème siècle. Bibliothèque nationale de France.

II. DEFINIÇÃO DE NACIONALISMO

O nacionalismo define-se como o conjunto de princípios que historicamente constituíram a nação e lhe permitem manter-se incorrupta em suas características nacionais, que fazem dela o que ela é.

O nacionalismo opõe-se, portanto, a tudo o que tenderia a desfazer a nação.

Ele opõe-se, assim, às ideologias que a negam, como a demo-plutocracia que, sob a influência dos *lobbies*, filosóficos e bíblicos, tende a pô-la em causa a cada eleição, ao pregar ao mesmo tempo os separatismos e o globalismo, que só pode instaurar-se sobre as ruínas das nações.

Foi isso que Adam Weishaupt, judeu asquenaze, nascido a 6 de fevereiro de 1748 em Ingolstadt, na Alemanha, convertido ao catolicismo e depois passado para a maçonaria, fundador dos Illuminati da Baviera, havia perfeitamente entendido ao combater o surgimento do nacionalismo.



Adam Weishaupt

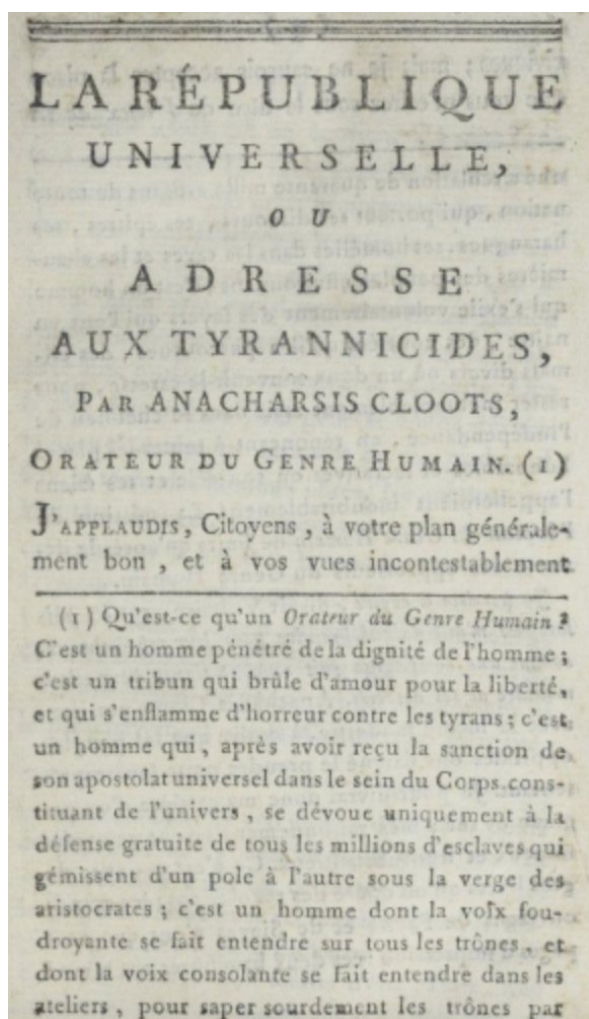
Ele designava como adversários do seu internacionalismo maçônico — a República Universal — que anunciava, aqueles que chamava, segundo seus próprios termos, de nacionalistas ou “partidários do amor nacional”.

Ele os opunha aos partidários do “amor geral”, os ancestrais dos nossos globalistas de hoje, de cujo número fazia parte.

Não é porque os jacobinos clamavam por “defender a nação em perigo” que devemos tomá-los por “nacionalistas”!

A nação que eles defendiam não era a mesma, mas uma nação abstrata, fruto da visão internacionalista e ideológica das Luzes (Iluminismo), que desemboca na República Universal.

Foi a tal ponto que Anacharsis Kloots, nascido de uma rica família judia holandesa, tornado prussiano, um dos principais agitadores revolucionários estrangeiros na França, foi feito cidadão francês pela Convenção após a publicação de seu livro *La République universelle* (“A República Universal”)! A lógica revolucionária já estava orientada para os estrangeiros partidários do internacionalismo oposto à nação.



La République universelle, de Anacharsis Kloots

Assim, não apenas a nação ideológica dos jacobinos nada tinha a ver com a defesa da nação enquanto herança, como se lhe opunha e tendia a destruí-la.

*

Ao contrário do patriotismo, que se prende a defender a integridade do solo nacional em caso de invasão durante uma guerra, o nacionalismo preocupa-se

com a defesa do patrimônio intelectual, moral, político, religioso e artístico, que define o gênio nacional e faz com que uma nação seja diferente de qualquer outra, tal como um indivíduo é diferente de qualquer outro, com sua própria personalidade.

Esses dois conceitos deveriam ser complementares, mas podem levar a atitudes opostas em caso de guerra ideológica, como na Segunda Guerra Mundial:

- Aqueles que só viram a invasão física do território, juntaram-se a De Gaulle, sob a tutela das democracias anglo-saxãs e dos *lobbies* que haviam levado a III República a declarar guerra à Alemanha sem estar preparada.
- Aqueles que tinham compreendido que, se a França havia sido invadida fisicamente, era porque antes uma outra invasão, intelectual, a havia desarmado, e que antes de qualquer reconquista era preciso eliminar os falsos princípios que a haviam enfraquecido, assim como os responsáveis pela declaração de guerra.

Tal foi a origem da guerra civil francesa de 1940 a 1945, da qual as grandes democracias anglo-saxãs, atuando em nome da plutocracia cosmopolita globalista, se aproveitaram para nos enfraquecer, usando como isca o patriotismo de fachada de um De Gaulle (cf. *Chapitre VII – Documents pour l’Histoire*, sobre a mentira gaullista).



De Gaulle ao microfone em Londres, o que lhe rendeu o apelido nada lisonjeiro para um militar: “general do microfone”.

Esse drama francês culminaria na carnificina da libertação-purgação organizada pelos gaullo-comunistas que, sob uma fachada de “patriotismo”, liquidaram os quadros nacionalistas da Revolução Nacional e trouxeram de volta ao poder, nos furgões do estrangeiro, os responsáveis pelo Desastre de 1940, os comunistas e os *lobbies* que haviam desarmado a França.

Hoje, sofremos todas as consequências disso.

O nacionalismo também não deve ser confundido com o separatismo.

Com demasiada frequência designados pelo mesmo nome pelo mundo político-midiático, os separatismos dos países do nosso ex-império, assim como os da Córsega, da Bretanha, do País Basco etc., são atizados pelo globalismo para nos enfraquecer e melhor nos impor os seus “diktats” políticos e econômicos.

O falso “direito dos povos à autodeterminação” não passa de uma máquina de guerra destinada a alimentar as ambições separatistas em proveito do globalismo, a fim de enfraquecer a nação.

Tal é o objetivo da regionalização, prelúdio à criação de uma “Europa supranacional das regiões”, imposta pelos diferentes governos franceses, tanto de esquerda como da direita gaullo-liberal, a serviço do globalismo apátrida.

Dessa lógica resulta que uma nação retalhada em regiões será muito menos poderosa para se opor às manobras globalistas, pois a parte é menos forte do que o todo.

Em outras palavras: “A união faz a força”.

Incapaz de gerir o dinheiro dos franceses, o Poder, por meio do regionalismo, alivia seu fardo financeiro transferindo-o às regiões sem, no entanto, reduzir os impostos nacionais.

O cidadão é mais uma vez enganado: paga duas vezes por serviços cada vez mais deteriorados.

Para bem delimitar o que representa o nacionalismo francês, e as razões de seu surgimento na sua vontade de defender o patrimônio nacional, é necessário conhecer:

- **As condições históricas do aparecimento da França como nação;**
- **Os princípios que a constituíram e sobre os quais ela repousa;**
- **As razões do surgimento do nacionalismo francês no fim do século XVIII.**

III. AS ORIGENS DA FRANÇA

A França não nasceu “em 1789”, como outrora afirmaram os senhores Robert Badinter em 1995 e Henry de Lesquen, presidente do muito gaullista, liberal, maçônico e republicano Club de l’Horloge.¹



Robert Badinter, Ministro da Justiça (Garde des Sceaux), defendendo na Assembleia Nacional seu projeto de lei visando a suprimir a pena de morte. A lei n.º 81-908 de 9 de outubro de 1981, que abolia a pena de morte, foi promulgada em 10 de outubro de 1981. Ele é filho de Simon Badinter, judeu originário da Bessarábia, e de Charlotte Rosenberg.

O que os srs. Badinter e Lesquen definem aí já não é mais a França, construção histórica moldada pelas gerações passadas, mas uma construção ideológica abstrata que nega a herança recebida e tende a destruí-la.



O visconde republicano... Henry de Lesquen, o “idiota útil” do sarkozismo ao microfone da Radio Courtoisie, o “ópio dos nacionais”.

¹ Henry de Lesquen, *Lettre d’Information du Club de l’Horloge*, n.º 40.

Se se pode compreender tal afirmação da parte do neo-francês Badinter, cuja comunidade foi emancipada pela Revolução, compreende-se menos ainda vinda da parte de um descendente de uma aristocracia criada por serviços prestados ao Rei e ao reino, e não à Revolução.

A França também não nasceu, como quer certa Nova Direita atéia, esotérico-gnóstica, neo ou paleo-pagã, nos carvalhos sob a foice dos druidas colhendo o visco, nem de uma pretensa civilização hiperbórea,² que jamais existiu, tal como não nasceu de um mítico deus Thor.

O que é, então, a França?

Não se trata de inventá-la, mas de descobrir a sua essência através dos acontecimentos que a moldaram.

A França, a mais antiga nação politicamente constituída, nasce em 496 com o batismo de Clóvis por São Remígio na catedral de Reims.

Novo Constantino, “queimando o que adorara e adorando o que queimara”, graças à influência de sua esposa Clotilde, seu reino se torna o protetor do catolicismo.

² Fabulação de Dominique Venner, que não repousa sobre nenhuma realidade histórica; é uma impostura pagano-atéia.



Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (a monarquia segura as correntes quebradas da tirania, o gênio da nação segura o cetro do poder). Pintura atribuída a Jean Jacques François Barbier, conhecida como Eine (1738-1826), 1789. Óleo sobre madeira. Dimensões: 0,71 x 0,56 m. Paris, Museu Carnavalet.

O seu papel na extirpação do arianismo — heresia difundida pelo monge Ário, que infestava até os mais altos escalões da Igreja — é o melhor exemplo disso.

Em razão disso, a França torna-se a Filha Primogênita da Igreja, o novo Israel do Novo Testamento, da Nova Aliança.

Assim se realiza a aliança entre um desígnio político e um plano divino que começa com a promessa de Tolbiac, concretiza-se pelo batismo de Clóvis, perpetua-se pela sagração dos reis de França em Reims e será confirmada pela consagração da França à Virgem Maria em 10 de fevereiro de 1638, pelo rei Luís XIII.

Tal é a missão divina da França monárquica, que a protegerá enquanto os sucessores de Clóvis lhe permanecerem fiéis.

É em razão de seu papel enquanto **Filha Primogênita da Igreja** que é necessário ver e compreender a chamada **Revolução Francesa**.³

Ela teve por objetivo destruir a monarquia de direito divino, pois esta era o obstáculo à utópica República Universal, defendida pelos instigadores judaico-maçônicos da Revolução.

O globalismo atual não é senão a tentativa de consumir esse objetivo.



Um tribunal durante os Massacres de Setembro. Guache dos irmãos Lesueur.

IV. A GÊNESE DO NACIONALISMO

O nacionalismo francês nasce no fim do século XVIII, em reação ao internacionalismo da Revolução, cujos conspiradores pregavam a República Universal.

A reação nacionalista supre assim a carência da monarquia, incapaz de se defender frente aos sofismas revolucionários.

³ P. P. d'Assac, *Le Nationalisme français*, Éditions S.P.P.

Assim, desde os seus primórdios, o nacionalismo francês aparece como uma reação de defesa da nação-herança contra a ideologia internacionalista da chamada Revolução Francesa, cujos altos conspiradores são, em sua maioria, estrangeiros.

Com a Revolução, não é uma invasão das fronteiras que ameaça a estrutura física da nação.

Doravante, pelos sofismas destrutivos de 1789, trata-se de uma invasão intelectual, interna, que tende a modificar a realidade nacional, entregando a nação a interesses apátridas e cosmopolitas.

Na batalha das idéias, filosófica, inaugurada pelos conspiradores da chamada Revolução Francesa, uma evidência se impunha, que Joseph de Maistre — que por um tempo fôra maçom — resumiria assim:

“Até agora, as nações foram mortas pela conquista, isto é, por via de penetração; mas aqui se apresenta uma grande questão: Poderá uma nação morrer em seu próprio solo, sem transplante nem penetração, unicamente por via de putrefação, deixando a corrupção atingir o ponto central e os princípios originários e constitutivos que a fazem ser o que é?”

Essa constatação constitui o ponto de partida de toda análise nacionalista em sua crítica aos sofismas de 1789.

Simple reação defensiva em seus inícios, o nacionalismo francês vai progressivamente traçar, por meio de sua crítica às consequências da Revolução, as linhas diretrizes de sua ação:

- Defende um Estado hierarquizado em que todos os agentes, de alto a baixo, são responsáveis por seus atos.
- Defende a noção de que todo poder vem de Deus, diante do qual se é responsável pelo uso desse poder a serviço do bem comum.
- Elemento fundamental da fundação da nação francesa com Clóvis, o catolicismo é a religião do Estado.

A religião deve ajudar os responsáveis políticos a medir os limites de seu poder temporal, mas sem nele se intrometer, para não cair num clericalismo nocivo.

- Vela por ser independente das oligarquias políticas, filosóficas, étnicas ou econômicas, contra as quais luta em nome do interesse nacional, único capaz de proteger o de cada cidadão, em nome do bem comum.
- **É essencialmente social, vela pela justiça social, porque sem justiça social não há coesão nacional, e sem coesão nacional não há nação forte capaz de se opor às potências globalistas e capitalistas apátridas.**

- Pretende substituir o enganador sistema democrático inorgânico por um retorno à estrutura corporativa e aos corpos intermediários, adaptados aos tempos modernos.

Assim, os partidos devem desaparecer, pois representam uma guerra civil constante que impede qualquer política estável, devido às mudanças contínuas de maioria e às promessas eleitorais jamais cumpridas.

- A representação nacional deve fazer-se não mais por meio dos partidos, mas por meio de uma câmara dos ofícios e de uma câmara das províncias, cabendo ao Estado nacionalista harmonizar os interesses particulares segundo o interesse geral da nação.
- O Estado nacionalista pretende erradicar o poder midiático, nas mãos das oligarquias financeiras, filosóficas e cosmopolitas, que manipulam os eleitores.

O objetivo essencial da revolução nacionalista é devolver à consulta dos cidadãos sua verdade, em função das realidades.

Isso só pode ser feito libertando-a [a consulta] sobre os assuntos que eles conhecem diretamente por seu trabalho, sua vida associativa e sua comuna, de modo a evitar a manipulação midiática submetida às potências do dinheiro e aos *lobbies*.

Nessa ótica, a atividade dos bancos deve ser estritamente controlada, e os empréstimos do Estado devem deixar de ser feitos junto a bancos internacionais, como ocorre desde o Acordo Giscard-Pompidou-Rothschild de 3 de janeiro de 1973, a chamada “Lei Rothschild”.

Elaborada por iniciativa conjunta do governador do Banco da França, Olivier Wormser, e do ministro da Economia e Finanças, Valéry Giscard d’Estaing, a lei n.º 73-7 de 3 de janeiro de 1973 é a causa direta de nosso endividamento, pelos juros crescentes que dela decorrem.

Essa lei deve ser revogada e os empréstimos do Estado novamente subscritos junto ao Banco da França.

Assim, o Estado nacionalista defende o interesse nacional contra toda ingerência de interesses estrangeiros e visa a promover entendimentos econômicos e políticos com os demais Estados compatíveis.

O nacionalismo francês não é uma ideologia abstrata, mas uma abordagem pragmática dos problemas, à luz das lições e da experiência da História.

V. ANÁLISES E CRÍTICAS

Nacionalismo e justiça social

Na sua defesa da nação contra o globalismo plutocrático cosmopolita, a reação nacionalista liga-se, evidentemente, à [idéia de] justiça social.

Com efeito, sem justiça social, não há solidariedade nacional; sem solidariedade nacional não há coesão nacional; e sem coesão nacional não há nação forte capaz de defender o interesse geral.

É por essa razão que o globalismo cosmopolita, com suas duas faces materialistas — capitalista e marxista — suscita a luta de classes para dividir e melhor reinar; estimula o mestiçamento das populações pela imigração, a fim de suprimir todo sentimento de pertença [a algum lugar].

Pela desapareição das nações, o globalismo cosmopolita tenta alcançar a ditadura mundial, constituindo um simples magma de consumidores indiferenciados, com necessidades programadas pelos meios de comunicação.



Isaac Le Chapelier

A supressão das corporações de ofícios pelo Decreto Allarde de 2 de março de 1791, seguido da Lei de Isaac Le Chapelier de 14 de junho de 1791, foi uma das etapas-chave da conquista plutocrática.

Em seu primeiro artigo, o Decreto Allarde estipulava:

“O aniquilamento de todas as espécies de corporações de um mesmo estado e profissão sendo uma das bases fundamentais da Constituição Francesa, é proibido restabelecê-las sob qualquer pretexto e em qualquer forma que seja.”

O artigo segundo vai ainda mais longe:

“Os cidadãos de um mesmo estado ou profissão, os empreendedores, aqueles que possuem loja aberta, não poderão, quando se reunirem, nomear presidentes, secretários ou síndicos, manter registros, tomar resoluções ou deliberações, formar regulamentos sobre seus supostos interesses comuns.”

Ora, poder-se-ia admitir que a estrutura corporativa deveria ser completada e adaptada ao desenvolvimento da indústria.

O que, porém, se constata, é que não apenas as corporações foram destruídas, mas também que o legislador da época proibia toda reconstituição de organizações de proteção do mundo do trabalho.

Assim, o mundo do trabalho foi entregue, sem possibilidade de defesa, aos apetites do capitalismo nascente e da usura, que as corporações impediam.



Pierre-Joseph Proudhon, em *Solution du problème social* (“Solução do problema social”), defendia uma cooperação financeira mútua entre trabalhadores, a fim de transferir o controle das relações econômicas dos capitalistas e financistas para os trabalhadores. Era o contraponto à usura judaica.



Alphonse Toussenel, socialista, anglófono e antissemita, denunciava em *Les Juifs, rois de l'époque: histoire de la féodalité financière* (“Os judeus, reis da nossa época: história da feudalidade financeira”) (1847) o controle judaico sobre a França. Édouard Drumont lhe prestaria homenagem, assim como a *Action française* de então.

Isso explica o surgimento de um “socialismo à francesa”, algo anarquizante, com Proudhon, Toussenel, Sorel, entre outros — antissemitas porque compreenderam quem inspirava as legislações que favoreciam o capital contra o trabalho.

Essa filiação explica o antissemitismo atual de numerosas organizações esquerdistas ou de extrema-esquerda.

O que é lamentável é que, se em muitos pontos a análise “esquerdista” critica com razão as injustiças sociais, por outro lado não denuncia suas verdadeiras causas e suas soluções são utópicas e internacionalistas.

Serve, portanto, em última instância, à lógica globalista.

Viu-se bem isso na evolução do termo “antiglobalismo” para “alter-globalismo”, o que demonstra que, para os inspiradores da reação “esquerdista”, trata-se também de um globalismo.

É cair novamente no marxismo.



Georges Sorel, moralista rigoroso, tinha horror ao relaxamento dos costumes, exigindo o sublime, “essa tensão da alma que faz realizar as grandes coisas, as altas ações”. Pode-se considerá-lo precursor do romantismo fascista. É sobretudo conhecido por suas *Reflexões sobre a violência*. Cf. *La Politique*, N.º 144, 145, 146.

Marx, compreendendo a força representada pelas justas reivindicações do mundo do trabalho contra os abusos do capital, recuperaria esse descontentamento.

Foi ajudado pelo outro lado do cosmopolitismo, o capitalismo apátrida, que precisava de um instrumento para continuar seu trabalho de corrosão contra as nações e a sociedade cristã.

Esse instrumento foi o comunismo.

*

René Sédillot, em *Le coût de la Révolution française* (“O custo da Revolução Francesa”), observa:

“O estrangeiro tem boas razões para apreciar a Revolução Francesa e dedicar-lhe alguma gratidão. Mas e os franceses?”

Por essas palavras, tudo está dito sobre as influências que atuaram na chamada Revolução Francesa e suas consequências.

Mesmo o comunista André Soboul, professor da Sorbonne, constata em sua *História da Revolução Francesa* que a abolição dos privilégios, longe de melhorar a sorte dos mais pobres, a agravou:

“Os operários, pagos em papel, viram seu poder de compra cair. As classes populares mergulharam no desespero, homens e mulheres tombaram de inanição nas ruas, a mortalidade aumentou, os suicídios se multiplicaram.”

Essa constatação remete à conclusão de Sédillot:

“A Revolução, feita em nome da Igualdade, enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres!”

Nunca saímos dessa lógica perversa da Revolução a serviço da plutocracia, dessa democracia inorgânica dominada pelo dinheiro.

Na realidade, a chamada Revolução Francesa, feita em nome do povo, revela-se uma revolução contra o povo.⁴

Assim, na sua defesa da nação e do interesse dos franceses, em reação às consequências dos falsos princípios da Revolução — a fraude democrática e o internacionalismo cosmopolita que dela prospera — o nacionalismo é necessariamente social.

É lamentável que o conservadorismo burguês egoísta, demasiadas vezes associado à direita, tenha deixado à esquerda o monopólio do social, pois a esquerda apenas utiliza o social como meio de conquista do poder, distraindo os operários com reivindicações menores, que agravam e rebaixam sua condição.

A crítica à democracia

Charles Maurras escrevia em *Minhas idéias políticas*:

“Em toda tentativa de resolver a questão social, a abolição da democracia se impõe como as precauções da assepsia no tratamento das feridas.”

⁴ P. P. d’Assac, *La démocratie contre le peuple*. Éditions S.P.P.



Charles Maurras na Academia Francesa. Tal como o Marechal Pétain, foi dela destituído por De Gaulle.

A democracia é um fator de divisão, com seus partidos que não se preocupam nem com o interesse da nação, nem com o de seu povo, mas apenas com o do partido e dos *lobbies* que se escondem atrás dele.

Na realidade, o “jogo” democrático é uma guerra civil permanente, uma superexposição permanente, uma mentira permanente, que só dura o tempo em que o cidadão ingênuo acredita nas promessas eleitorais e vota conforme foi programado.

José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola, diante dos mesmos males na Espanha, fazia em seus *Textos de doutrina política* uma das mais agudas críticas da democracia:

“Os partidos devem desaparecer. Ninguém jamais nasceu membro de um partido político; ao contrário, nascemos membros de uma família; somos vizinhos numa municipalidade; todos trabalhamos no exercício de um ofício.”



José-António Primo de Rivera, terceiro marquês de Estella, grande de Espanha, fundador da Falange. Feito prisioneiro pelos “republicanos”, foi condenado à morte por um “tribunal popular”. Repousa na basílica de Santa Cruz do Vale dos Caídos, ao norte de Madrid. É autor das palavras do muito belo hino da Falange, *Cara al Sol*.

Seu raciocínio de clareza implacável demonstra que, confrontados aos mesmos problemas, aos mesmos males, qualquer que seja o país, aqueles que refletem concluem no mesmo sentido.

Essa crítica irrefutável da fraude democrática, feita pouco antes da eclosão da Guerra Civil Espanhola em 1936 e antes de seu assassinato pelos “vermelhos”, não perdeu nada de sua atualidade.

Os males da democracia não apenas não se atenuaram, mas se agravaram com o surgimento do globalismo cosmopolita.

Os responsáveis pelos partidos chamados “nacionais”, como os Le Pen, fariam bem em meditar a análise de José Antonio em vez de brincar de pequeno democrata, sempre à espreita de alguns votos a mais por meio de alguma tirada

espirituosa, logo desmentida por outra, se o efeito eleitoralista não tiver sido convincente.

É essa falta de rigor nas idéias, esse desprezo pelos princípios que devem reger a sociedade, que explicam as derrotas repetidas daquilo que se chama de “direita nacional”.

Ela acredita sempre poder chegar ao poder sem precisar formar seus quadros doutrinariamente, sem fazer a crítica nacionalista dos falsos princípios da Revolução.

Assim desperdiçam energias e desencorajam seus melhores elementos.

Se os mesmos males acarretam sempre os mesmos efeitos, eles acarretam também, logicamente, o mesmo diagnóstico, a mesma crítica, o mesmo tratamento.

Se quisermos resolver a questão social, condição necessária para a paz interna, para a solidariedade entre franceses diante do mundo exterior, se quisermos devolver poder e prestígio à nossa nação, precisamos nos livrar do sofisma democrático.

É preciso recolocar o voto do cidadão em seu verdadeiro contexto, o de sua atividade social, da qual ele é ao mesmo tempo ator, testemunha direta e usufrutuário.

À democracia inorgânica, oriunda dos sofismas de 1789, devemos reinstituir a democracia orgânica, pela representação da sociedade através da organização corporativa e dos corpos intermediários destruídos pela Revolução em benefício do capitalismo e da agiotagem cosmopolita.

*

Nacionalismo e construção européia

Poder-se-ia perguntar: “Mas por que apegar-se ao conceito de nação, num mundo em perpétua evolução e transformação?”.

Invocar-se-ia que “a união faz a força” e, por isso, seria necessário fundir todas as nações da Europa numa grande nação europeia!

Essa é a fachada utópica para atrair os ingênuos. Mas qual é a realidade?

Na verdade, a construção européia demonstra, todos os dias, que empobrece as nações da Europa comunitária, em benefício de países subsidiados que só podem nos concorrer.

O cúmulo da hipocrisia e da mentira dessa Europa comunitária, supostamente criada para nos tornar mais fortes, é que, pelo seu liberalismo, abre as portas aos produtos asiáticos a um quinto de nossos preços.

Essa disparidade de custo de produção conduz à nossa pauperização, à desapareição da nossa indústria, da nossa agricultura, do nosso saber-fazer industrial.

Assim, nossos dirigentes, sejam de esquerda ou da direita liberal e gaullista, enganam os franceses ao fingirem combater o desemprego, quando são eles que impõem as condições de desaparecimento ou de deslocalização de nossas empresas!

Ao mesmo tempo, impõe-se às principais nações da Europa uma imigração que também tem um custo econômico, social e sanitário exorbitante, agravando nossas despesas financeiras.

Aparece, então, que essa pseudo-construção europeia não passa de uma máquina de guerra contra as nações européias, em benefício do globalismo cosmopolita que compra a baixo preço nossas empresas em falência.



Nicolas Sarkozy em Israel, segurando entre as mãos a Menorá de nove braços ou As Nove Luzes cabalistas.

A solução para fazer frente ao globalismo cosmopolita não se encontra numa construção europeia utópica e artificial, sob o falacioso pretexto de que “a união

faz a força”, mas na aliança entre países compatíveis e complementares, cada um guardando sua independência nacional para defender seus interesses próprios.

A História mostra que as alianças só duram enquanto dura a compatibilidade de interesses. Nenhum tratado vincula definitivamente.

A desafeição dos povos europeus em relação à Europa supranacional e ao euro que os arruína é tal, que Nicolas Sarkozy, cínico, recomendava, em Bruxelas, que o “mini-tratado”, camuflagem da Constituição europeia sob o nome de Tratado de Lisboa, “não fosse submetido a referendo popular em nenhum país da Europa, sob pena de ser rejeitado”.⁵ Tal é o respeito pela vontade popular desses “bons democratas” que nos governam!

Esse presidente da República Francesa, que não tem uma gota de sangue francês nas veias, também declarou, durante a reunião do G20 em Paris, em 18 de fevereiro de 2011:

“Dar prioridade aos interesses nacionais seria a morte do G20”!

Entende-se por que ele contornou a vontade dos franceses, que haviam rejeitado a Constituição europeia, fazendo-a ser aceita pelo Parlamento sob o nome de Tratado de Lisboa!

Tal é a fraude democrática, demonstração do abismo entre o povo e seus chamados eleitos, submetidos aos interesses do globalismo, para o qual a Europa comunitária não passa de uma etapa rumo à República Universal, defendida pelo globalismo.

Eis como os povos são enganados por seus eleitos, em benefício de interesses que não são os seus...

Se queremos proteger nossos empregos contra a concorrência estrangeira de baixo custo, as fronteiras alfandegárias devem ser restabelecidas com tarifas compensatórias.

Lamentar-se, como fazem nossos políticos, diante das deslocalizações de nossas indústrias, é pura hipocrisia. Pelo liberalismo da “livre circulação” de bens e pessoas, são eles que provocam essas deslocalizações, em detrimento dos trabalhadores e engenheiros franceses que perdem seus empregos.

⁵ P. P. d’Assac, *Sarkozy ou la mort programmée de la France*, S.P.P.

Daí resulta um desemprego crescente, que nem mesmo o tratamento social consegue reduzir senão artificialmente, fazendo pesar seu custo sobre o contribuinte.

Isso agrava a carga fiscal dos que ainda trabalham e os empobrece por sua vez.

Diante da Europa supranacional desejada pelo globalismo cosmopolita, a recusa da Constituição europeia, sob qualquer forma, e a recusa da Europa supranacional são condições necessárias à nossa sobrevivência.

A nação é a maior estrutura dentro da qual o cidadão ainda pode se exprimir e se defender.

Uma estrutura maior escapa à sua ação; uma estrutura menor não é suficientemente forte para se opor às manobras globalistas.

É por isso que o globalismo cosmopolita incentiva a constituição de grandes blocos sob seu domínio, por meio da fragmentação regionalista das nações constituídas.